

CCJ aprova projeto que agiliza processo de execução

Proposta aprovada pela Comissão de Justiça estabelece novo marco para a cobrança de dívidas, segundo observou o relator, senador Fernando Bezerra. Ele disse que projeto visa estimular a concessão de crédito pelos bancos. **Página 7**

A Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento

A primeira parte da sessão plenária de ontem foi dedicada a comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

Página 8



Flávio Arns (D) defende investimentos em educação e conhecimento científico

Dinheiro pode ter mecanismo para fácil identificação

Mais de 24 milhões de brasileiros que têm deficiência visual podem ser beneficiados com projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos: a introdução de mecanismo nas cédulas para facilitar a identificação do valor. **Página 4**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.492 – Brasília, quinta-feira, 9 de novembro de 2006

Supersimples deve vigorar em julho

Senado aprova projeto com modificações, o que implica seu retorno ao exame da Câmara dos Deputados. Novo sistema substitui diversos tributos por apenas oito, que serão arrecadados em uma só guia

Os 55 senadores presentes em Plenário aprovaram ontem, por unanimidade, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O projeto é considerado um dos mais importantes para o desenvolvimento do país, por aliviar a carga tributária e promover a formalização de empreendimentos. O relator Luiz Otávio disse que o Supersimples inicia ampla reforma tributária. **Página 3**



Nas galerias, representantes dos empresários aplaudem aprovação do Supersimples



Renan (centro, ao lado de Mantega) promove debate que viabilizou votação

Ex-ministros negam envolvimento no caso das ambulâncias

Ex-ministros da Saúde no governo Lula, Humberto Costa e Saraiva Felipe negaram na CPI dos Sanguessugas qualquer favorecimento à empresa Planam – investigada como principal suspeita no esquema de venda de ambulâncias a preços superfaturados. **Página 6**



Costa (D), ao lado de Amir Lando: contratos foram legais



Saraiva Felipe (D) explica nomeação de servidora



José Cruz

Gerardo Magela

Márcio Kolumbe

Relator da Comissão Especial do Salário Mínimo diz que divergência entre o valor proposto pelo colegiado e o previsto na proposta orçamentária do governo não impede aumento

Comissão mista recomenda salário mínimo de R\$ 400

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo aprovou ontem a recomendação aos poderes Executivo e Legislativo para que o salário mínimo seja fixado em R\$ 400, a partir de 2007. Na proposta orçamentária do governo federal para o próximo ano, porém, a forma de cálculo prevista o elevará de R\$ 350 para R\$ 375. O relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que essa divergência não impede que a recomendação seja atendida.

– Devemos lembrar que, no ano passado, a proposta orçamentária chegou ao Congresso com a previsão de um salário mínimo de R\$ 320 e saiu com R\$ 350. Tudo depende de vontade política do Congresso, governo e também do movimento sindical.

A comissão é favorável ainda à aprovação de dispositivo da Propos-



Paim, entre Walter Barelli e Sérgio Zambiasi (D): recomendação pela aprovação do Fundeb

ta de Emenda Constitucional (PEC) 285/04, que prevê a elevação de 22,5% para 23,5% da arrecadação tributária, cujo destino é o Fundo de Participação dos Municípios, de forma a aumentar os recursos para o pagamento do salário mínimo nas cidades mais pobres do país. A PEC, de autoria do Executivo, tramita na Câmara.

Outra sugestão do relatório da

comissão é a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o que promoverá investimentos de R\$ 5 bilhões no setor.

Foi recomendada ainda a aprovação da PEC 24/03, de autoria de Paim, que tem por objetivo impedir o bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social.

Congresso recebe hoje o presidente do Peru

O presidente do Peru, Alan García, será recepcionado pelo Congresso brasileiro, em sessão solene a realizar-se hoje, às 16h, no Plenário do Senado. Discursarão na ocasião o presidente da Casa, Renan Calheiros, o primeiro vice-presidente do Congresso, deputado José Thomaz Nonô, e o próprio governante peruano.

Logo depois de divulgada sua vitória no segundo turno das eleições, em 4 de junho, Alan García expressou sua admiração pelo

presidente Lula e destacou que manterá um diálogo político de alto nível com o Brasil, no âmbito da integração sul-americana.

A primeira viagem internacional de García depois de eleito foi para o Brasil, em junho. Essa visita permitiu-lhe examinar as perspectivas de intensificação da cooperação bilateral, no contexto da aliança estratégica entre os dois países. Em 2005, o comércio entre Peru e Brasil atingiu US\$ 1,4 bilhão. Este ano, poderá superar

US\$ 2 bilhões. Os investimentos brasileiros no Peru apresentam também possibilidades favoráveis de crescimento.

De acordo com o secretário de Relações Internacionais do Senado, embaixador Pedro Fernando Bretas, há grande convergência política entre os dois países em foros multilaterais e regionais. Ambos condenaram, por exemplo, a ação armada de Israel no Líbano e o anúncio do teste nuclear realizado pela Coreia do Norte.

Senado aprova MP que abre crédito extraordinário para Hemobrás

Depois de muita polêmica, o Plenário aprovou, ontem, medida provisória (MP 310/06) que abre crédito extraordinário ao Orçamento para 2006 de R\$ 14.875.000 em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). A MP vai à promulgação.

Durante a discussão da matéria, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou o único voto contrário ao parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP), considerando um absurdo constitucional o Senado votar algo que já foi executado e pago pelo governo. Heráclito Fortes (PFL-PI) louvou a preocupação de Antonio Carlos com o assunto, mas destacou “a

boa vontade de Tuma em atender aos beneficiários da medida”.

Criada pela Lei 10.972/04, a Hemobrás tem como principal finalidade a fabricação, a custos mais baixos, de fatores de coagulação para abastecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), visando beneficiar a comunidade hemofílica do país. Os recursos liberados deverão ser aplicados na montagem de laboratório para fracionamento do plasma fresco congelado excedente de transfusões de sangue; na aquisição de tecnologia para produção de hemoderivados, hemocomponentes e biotecnologia; e na montagem de uma estrutura adequada de funcionamento para a empresa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão deliberativa tem início às 14h. O primeiro item da ordem do dia trata de crimes de lavagem de dinheiro. Na hora do expediente, ocorre a homenagem aos 70 anos da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, proposta pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Às 16h, sessão solene do Congresso recepciona o presidente da República do Peru, Alan García.

Transparência na aquisição de armas convencionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para analisar pauta de oito itens. Entre eles, quatro projetos de decreto legislativo propondo a aprovação de acordos internacionais. O primeiro item da pauta dispõe sobre a convenção interamericana sobre transparência nas aquisições de armas convencionais e tem como relator o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Causas de acidente aéreo

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 10h, em audiência pública, para apurar as causas do acidente aéreo que envolveu o Boeing 737-800 da Gol Transportes Aéreos.

Seminário e Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute, a partir das 9h, em Manaus, a proposta orçamentária para 2007 (PL 15/06-CN), dando prosseguimento aos seminários regionais realizados em cinco capitais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Flávio Arns e Luiz Otávio e pela senadora Serys Slhessarenko

Medida que substitui diversos tributos por apenas oito, a serem arrecadados em uma única via, deve vigorar a partir de 1º de julho do próximo ano



Entendimento firmado momentos antes entre o governo e as lideranças partidárias garantiu a votação da matéria pelo Plenário

Aprovada menor carga tributária para micro e pequenas empresas

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, proposta que institui o Supersimples, uma das medidas mais esperadas pelo setor produtivo e considerada das mais importantes para o desenvolvimento do país, por aliviar a carga tributária das micro e pequenas empresas e promover a formalização de empreendimentos.

Aprovado com modificações no Senado, em regime de urgência, o projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06) volta agora à Câmara dos Deputados para nova votação.

A principal modificação fixou o início da vigência do Supersimples para o dia 1º de julho de 2007. Sem a alteração, a lei entraria em vigor no dia 1º de janeiro. A justificativa é a necessidade de um prazo para adaptação às novas regras pela Receita Federal – que

precisa criar um novo *software* para gerenciar a arrecadação –, e pelos estados e municípios.

Para o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Luiz Otávio (PMDB-PA), o Supersimples é o primeiro passo no sentido de uma reforma tributária mais ampla.

O novo sistema substituiu diversos tributos por apenas oito, que serão arrecadados em uma só guia. Além do Imposto sobre Serviços (ISS), de arrecadação municipal e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o recolhimento unificado abrangerá os seguintes tributos: Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social

sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

– O Senado cumpriu seu papel ao votar matéria que irá gerar 2 milhões de empregos e reduzir uma gama enorme de tributos a apenas oito, a serem pagos em uma só guia, garantindo maior capacidade de investimento às micro e pequenas empresas – disse o relator.

Na avaliação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, a nova lei reduzirá o tempo médio para abertura de uma micro ou pequena empresa de 150 dias para duas semanas. Momentos antes do início da votação, ele se reuniu com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários, quando chegaram a um consenso que viabilizou a votação da matéria.

Senadores destacam benefícios da proposta para a economia do país

Enquanto o projeto que cria o Supersimples era votado em Plenário, diversos senadores se pronunciaram apoiando o texto. A maioria destacou os benefícios da matéria e a importância das micro e pequenas empresas para a economia do país, mas alguns discordaram da modificação da data de vigência da lei, que provocou o retorno do projeto à Câmara dos Deputados.

Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que o projeto vai aprimorar o sistema tributário e estimular a formalização da economia brasileira, uma vez que promove a redução de tributos. Sibá Machado (PT-AC) também disse acreditar que o estatuto vai incentivar o crescimento do mercado de trabalho formal e, dessa forma, contribuir com a geração de riquezas.

Para Almeida Lima (PMDB-SE), o Supersimples pode alavancar o desenvolvimento econômico do país e assegurar a inserção no mercado formal não apenas de empresas, mas de trabalhadores registrados. Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou que, quando se fala em microempresas, está-se falando “do engraxate, do marreteiro, daqueles que fogem do ‘rapa’ da prefeitura, que não podem se registrar ou criar uma microempresa com as grandes dificuldades que são oferecidas pelo município ou pelo estado”.

Demostenes Torres (PFL-GO) disse que votaria favoravelmente ao projeto por acreditar que as grandes empresas, com a reforma tributária, terão também um tratamento que implique queda da carga de impostos que pesa sobre elas. Já Romero Jucá (PMDB-RR) registrou a importância do debate a respeito do projeto e pediu que, após sua aprovação no Senado, ele fosse rapidamente votado pela Câmara.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) salientou que o Supersimples trará benefícios às empresas no que se refere às leis trabalhistas hoje comprometidas com o recolhimento de contribuições e causas trabalhistas. Heloísa Helena (PSOL-AL) se disse preocupada justamente com o impacto futuro da redução da contribuição previdenciária prevista no projeto, que, segundo ela, vai se revelar no momento em

que os trabalhadores vinculados às empresas beneficiadas pedirem aposentadoria.

Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que a lei irá valorizar milhões de trabalhadores e microempresários e trará contribuição importante para o país, estando na agenda das reformas microeconômicas. Ele também propôs a criação do estatuto da pré-empresa, como passo inicial para a regularização das 10,5 milhões de empresas atualmente na informalidade. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que a lei vai desburocratizar a economia e aumentar a arrecadação.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que o autor do PLC 100/06 é o líder de seu partido na Câmara, Jutahy Júnior (BA), embora, segundo o senador, o presidente Lula tivesse assumido indevidamente a “paternidade” do projeto.

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) mostrou-se preocupado com a repercussão sobre o Sistema “S” (formado por entidades que atuam junto aos trabalhadores da indústria, do comércio e da prestação de serviços, como o Senai, Sesc, Senac, Sesi e Sebrae). Fernando Bezerra (PTB-RN) também destacou a importância dessas entidades e disse que deveria haver discussão mais aprofundada das contribuições do

Sistema “S”.

Marcos Guerra (PSDB-ES) considera que a lei poderia ser aperfeiçoada, e observou que “as melhorias para as micro e pequenas empresas não podem ser dadas de forma homeopática”. Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou o fato de a lei não ser implementada em janeiro do próximo ano, e assinalou que vê com desconfiança o adiamento da data de entrada em vigência para julho.

Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ser favorável à matéria, com a ressalva de que os estados pudessem definir faixas de arrecadação diferenciadas para enquadrar as micro e pequenas empresas.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Fernando Bezerra (PTB-RN), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Ana Júlia (PT-PA) também apoiaram a aprovação do projeto.

Projeto terá que voltar à Câmara devido à modificação, pelos senadores, da data de vigência da lei

Gratificação natalina no Bolsa Família gera polêmica

A polêmica em torno de projeto de Efraim Morais (PFL-PB), que inclui o benefício natalino entre aqueles oferecidos pelo programa Bolsa Família, colaborou para que a sessão de ontem fosse encerrada no segundo item da pauta.

A inclusão do texto gerou tensão entre governo e parte da oposição. Efraim, apoiado pelos

colegas de partido Heráclito Fortes (PI) e Antonio Carlos Magalhães (BA), exigia a votação de sua proposição (PLS 262/06) antes das três medidas provisórias (MPs) previstas no acordo celebrado por líderes governistas e oposicionistas.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e a líder petista Ideli Salvatti (SC) protes-

taram contra o que classificaram de quebra de acordo e procedimento contrário ao regimento. Depois de muito debate, ficou estabelecido que o projeto seria votado após a apreciação das MPs, o que não ocorreu em virtude de o presidente do Senado, Renan Calheiros, ter encerrado a sessão por falta de quórum após a votação da MP 310/06.

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprova requerimento de Heráclito para a realização de audiência que buscará soluções para aprimorar controle das rotas de vôos

Waldir Pires será convidado a debater tráfego aéreo no país

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, ontem, requerimento de seu presidente, Heráclito Fortes (PFL-PI), para a realização de audiência pública, no próximo dia 21, a fim de discutir com o ministro da Defesa, Waldir Pires, o sistema de tráfego aéreo no Brasil e buscar soluções que contribuam para seu melhor funcionamento. Também serão convidados o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno; o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho; e os presidentes da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira; da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Marco Bologna.

A comissão também aprovou requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para realização de uma segunda audiência que irá tratar da situação dos investi-



Heráclito preside reunião que acatou audiência sobre investimentos em trens urbanos

mentos do governo nos sistemas de trens metropolitanos. Serão convidados os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, e o diretor-presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias.

A comissão acolheu, ainda, o Projeto de Decreto Legislativo 388/05, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que autoriza o Executivo a implantar o gasoduto, a ser desenvolvido pela Petrobras, que levará

o gás natural de Urucu (AM), para substituir o óleo diesel na operação da usina termoeletrica de Porto Velho (RO), gerando 330 MW de potência.

A CI também acatou requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para criação de uma Semana da Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no âmbito do Senado, no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população para questões científicas.

Heráclito entregará hoje pedido de CPI das ONGs

Heráclito Fortes declarou que entregará hoje à Mesa pedido para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, destinada a apurar a dependência das organizações não-governamentais em relação ao governo e grupos empresariais. Outro objetivo será investigar quais organizações têm recebido fundos públicos, em que volume e para que fins, e se houve subversões para o benefício de quadros partidários.

Heráclito alertou para o fato de a função das ONGs – o atendimento às necessidades sociais não arcadas pelo Estado – ter sido desvirtuada para a instrumentalização política, usada para fins não-republicanos. O senador afirmou que é preciso separar o joio do trigo: as ONGs que servem ao desenvolvimento e prestam serviço à comunidade das que servem ao crime.

– Eu só espero que o novo

PT, esse da roupagem nova, do presidente Lula negociador, não boicote a instalação da CPI. Nós temos que apurar isso, para salvar o instrumento de inclusão social que são as organizações não-governamentais ou as Oscips [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público], e não um instrumento de picaretagem a serviço de objetivos escusos ou de causas que não interessam ao país – disse.

Alterações para não prejudicar santas casas

O relator-geral do projeto do Orçamento para 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), informou à imprensa que foi fechado no final da tarde de ontem acordo entre as lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que prevê a exclusão de dois itens do relatório preliminar do Orçamento que haviam sido recomendados pela CPI dos Sanguessugas.

O primeiro item prevê que nenhum deputado ou senador poderá usar emenda para destinar verbas a entidades privadas,

entre elas organizações não-governamentais dirigidas ou que empreguem parentes em até terceiro grau do parlamentar, do governador ou do prefeito. Pelo acordo, só não poderá receber dinheiro a entidade que incluir entre seus dirigentes o próprio parlamentar ou seu cônjuge.

Segundo Raupp, os parlamentares argumentaram que boa parte das santas casas de misericórdia do interior tem entre seus dirigentes funcionários parentes de deputados e prefeitos. Para ele, a exigência era severa de-

mais e iria afetar o atendimento médico de populações pobres.

O segundo ponto a ser excluído prevê que nenhum parlamentar poderia apresentar emenda em valor inferior a R\$ 150 mil. O objetivo era evitar que as prefeituras que recebessem a verba fizessem a compra do bem ou serviço por carta-consulta, quando se escolhe o menor preço entre apenas três propostas de empresas. Com o valor mínimo de R\$ 150 mil, o prefeito seria obrigado a promover uma licitação pública completa.



Comissão presidida por Cristovam aprova benefício a portadores de deficiência visual

Cédulas poderão ter mecanismos para ser identificadas por deficientes

O dinheiro confeccionado em papel-moeda poderá conter um mecanismo que possibilite às pessoas com deficiência visual identificar o seu valor. É o que determina substitutivo da senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei do senador Paulo Octávio (PFL-DF) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria segue agora para análise do Plenário.

A proposta de Paulo Octávio (PLS 90/03) determinava que a diferenciação das notas seria pelo tamanho. Mas a relatora entendeu que a providência poderia acarretar problemas técnicos na confecção das notas pela Casa da Moeda, além da possibilidade de falsificação das cédulas.

O senador Flávio Arns (PT-PR) observou que a medida, caso seja

transformada em lei, irá beneficiar mais de 24 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência visual. O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), enalteceu a aprovação do projeto.

Dekasseguis

A CDH também aprovou requerimento do senador Flávio Arns para a realização de audiência pública destinada a discutir a situação das famílias abandonadas por brasileiros descendentes de japoneses que saem de sua terra natal para trabalhar no Japão, os chamados de kasseguis.

Atualmente, conforme levantamentos técnicos, cerca de 270 mil brasileiros vivem no Japão. A data da audiência, que será feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ainda será marcada.



Representantes municipais falam com presidente do Senado sobre Supersimples e emendas

Renan ouve reivindicações de prefeitos alagoanos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, Rosiana Beltrão, que visitou a Casa acompanhada de 52 prefeitos daquele estado, entre eles, Renan Calheiros Filho, de Murici (AL). Em uma longa conversa com Renan, os prefeitos pediram apoio para a solução dos principais problemas de suas cidades.

Segundo Rosiana Beltrão, pre-

feita de Feliz Deserto, os prefeitos manifestaram apoio ao Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06-Complementar), também conhecido como Supersimples. Mas eles pediram mecanismos de compensação, “como os oferecidos pela Lei Kandir”.

A prefeita pediu ainda apoio para as emendas ao Orçamento de interesse dos municípios alagoanos.

Virgílio e Jefferson debatem futuro do país e Renan determina levantamento de espaço concedido a senadores nos veículos da Casa, atendendo a Almeida Lima



Antonio Carlos condena atuação do ministro da Defesa na crise do setor aéreo

ACM lamenta inclusão do Brasil entre os países mais corruptos do mundo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou notícia publicada nos principais jornais do país sobre a inclusão do Brasil entre os países mais corruptos do mundo, ocupando a 70ª posição no ranking da corrupção mundial. Ainda de acordo com o senador, o Brasil está entre os países com maiores entraves tributários às empresas.

– As empresas brasileiras pagam 71% do seu lucro em impostos. São mais de 60 impostos, taxas e contribuições equivalentes a 38% do PIB [produto interno bruto] – lamentou o parlamentar, que comparou a situação do Brasil à da China, onde 25 impostos correspondem a 17% do PIB.

Antonio Carlos criticou ainda o perfil de políticos que vêm

sendo recebidos pelo presidente Lula no Palácio do Planalto para compor alianças para o segundo mandato.

Crise no setor aéreo

O senador também condenou a atuação do ministro da Defesa, Waldir Pires, na condução da crise do setor aéreo, pela qual responsabilizou o governo, tendo em vista o contingenciamento

de recursos para a área. Antonio Carlos registrou denúncia de ontem da *Folha de S. Paulo* sobre falhas existentes há quatro anos no sistema de controle aéreo dos aeroportos de São Paulo. Foi enfático nas críticas aos baixos salários dos controladores aéreos e à Infraero, por anunciar prazo que, na sua avaliação, é inaceitável para regularizar a situação.

Jefferson alerta Lula sobre riscos ao formar o governo

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o presidente Lula tem uma oportunidade de ouro para “remir os pecados do atual governo, agir como estadista e fazer o país decolar”. Mas advertiu que, se ele “der uma de politiquero” nos acertos para a composição do próximo governo, vai ficar prisioneiro do que há de pior no Congresso e se transformar em administrador de crises.

O senador disse não vislumbrar uma situação fácil a partir de 2007. Na sua opinião, coloca-se o seguinte dilema para o novo governo: retomar um ritmo de crescimento anual em torno de 5% ou patinar na semiestagnação econômica e enfrentar uma situação social insustentável. Por outro lado, se vingar uma política



Para Jefferson Péres, Lula pode “remir os pecados do atual governo”

de desenvolvimentismo irresponsável, Jefferson declarou temer que o país enverede por um caminho de escalada inflacionária e desrespeito à responsabilidade fiscal.

Além de buscar o entendimento com setores responsáveis da oposição, o próximo governo, acredita o senador, terá de prorrogar a vigência da Desvinculação de Receitas da União e da CPMF para tocar suas ações em

2008. Ele advertiu para a importância da costura desses acordos com o Congresso.

Em apartes, Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou feliz o governo em que a oposição faz um alerta antes de os erros acontecerem. Ao comentar eventuais acertos com partidos aliados para cargos no governo, Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que Lula continua não se preservando.

Virgílio: desenvolvimento exige reformas corajosas

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o Brasil está, no segundo mandato de Lula, diante de um dilema: ou segue o caminho da História ou o da mediocridade. Na opinião do senador, o caminho da História exige do presidente Lula o enfrentamento de importantes reformas, que possam abrir novas possibilidades ao desenvolvimento nacional. Entretanto, conforme alertou o senador, esse mesmo caminho não está isento de alguma impopularidade.

Entre as reformas possíveis, Virgílio acentuou que o presidente precisa vir a público e dizer claramente à nação se quer ou não as reformas trabalhista e da Previdência, e também se pretende iniciar um processo seguro de rebaixamento da carga tributária.



Virgílio: governo gerou crise militar ao negociar diretamente com controladores

Setor aéreo

O senador disse que o governo é um dos responsáveis pela crise no setor aéreo ao não levar em consideração alertas da Aeronáutica de que os investimentos no sistema de controle de voo teriam de ser “duplicados ou triplicados”.

Segundo Virgílio, o governo acabou por provocar uma crise militar. Ele criticou a iniciativa do ministro do Trabalho,

Luiz Marinho, de negociar diretamente com os controladores, enfraquecendo a Aeronáutica, que tem como base os princípios da disciplina e da hierarquia. O senador defendeu medidas urgentes para impedir “novos apagões aéreos”. Apartaram Virgílio os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcos Guerra (PSDB-ES) e Tião Viana (PT-AC).

Almeida Lima aponta omissão nos veículos de comunicação do Senado

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou ontem que os veículos de comunicação social do Senado estão omitindo pronunciamentos de senadores.

– Já fiz essa reclamação ao presidente Renan Calheiros – assinalou, ao lembrar que protesto semelhante já havia sido feito por Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) em relação ao programa *A Voz do Brasil*.

O senador ponderou que a omissão não parece ser pessoal ou mesmo partir de nenhum jornalista da Casa, mas de alguém do comando da instituição.

– Não sei de quem vem e não acredito ser de sua excelência o presidente Renan Calheiros. Mas senti que o que se adota nesta Casa não é contra este senador, mas, em tese, contra a oposição.

Almeida Lima citou o programa *Fala Cidadão*, da TV Senado, que no último dia 23 de outubro teria colocado no ar participações de seis senadores da base governista e nenhum da oposição.

O senador também acusou omissão de seu nome em matéria publicada ontem pelo *Jornal do Senado* sobre pronunciamento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Almeida Lima explicou que fez



Almeida Lima observa que falta não parece partir de jornalistas da Casa

aparte ao discurso, mas sua participação não foi registrada.

Mais grave ainda, segundo Almeida Lima, é a informação que obteve sobre estudo que estaria sendo realizado com o objetivo de acabar com a transmissão ao vivo das sessões plenárias e dos trabalhos das comissões da Casa.

Renan determina verificação do espaço concedido a cada senador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que determinou à Secretaria Especial de Comunicação Social que providencie o levantamento estatístico sobre o espaço ocupado pelos senadores nos veículos de comunicação da Casa, a fim de verificar se existe desequilíbrio no espaço concedido a eles.

A decisão do presidente se deu em razão da reclamação feita pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE). Renan Calheiros também garantiu que não existe projeto visando à modificação da forma como a TV Senado transmitiria as sessões plenárias.

– Enquanto eu for presidente desta Casa, a livre e soberana palavra dos senadores não sofrerá qualquer restrição.

Renan também lembrou que a TV Senado e a Rádio Senado estão ampliando o número de emissoras em todo o país.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Heloísa Helena (PSOL-AL) endossaram a reclamação de Almeida Lima. Tião Viana (PT-AC), por sua vez, disse que os jornalistas da Casa não podem ser responsabilizados por eventuais desequilíbrios e que não pode ser colocada em dúvida a honradez desses profissionais.

Na CPI dos Sanguessugas, ex-ministros da Saúde no governo Lula negam existência de fraudes durante suas gestões

Adiada para o dia 23 votação de processo sobre Ney Suassuna

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adiou para 23 de novembro, às 10h, a votação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que solicita a cassação do mandato parlamentar do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) por quebra de decoro parlamentar. Ontem, apenas quatro dos 15 membros do conselho, além do corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), compareceram à reunião agendada para tratar do assunto. De acordo com o Regimento do Senado, é necessário quórum mínimo de oito membros para realizar votações.

Jefferson Péres fez um apelo para que o membros do colegiado compareçam à próxima reunião. Ele disse esperar que o conselho vote realmente seu relatório no dia 23, "seja para rejeitá-lo ou para aprová-lo". Para o relator, "a pior das posições é não votar".

No mesmo dia 23, deverá ser analisado também o voto em separado apresentado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que sugere apenas a aplicação de uma pena de censura verbal ao parlamentar pela Paraíba. Logo após a discussão do caso Suassuna, conforme nota à imprensa distribuída ontem pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), presidente do Conselho de Ética, serão divulgados na sessão relatórios sobre representações feitas contra os senadores Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Antes, no dia 21, pelo calendário divulgado por João Alberto Souza, será realizado o depoimento de Magno Malta.

Suassuna, Malta e Serys estão sendo investigados pelo conselho porque tiveram os nomes citados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar. Segundo o colegiado, há indícios ou provas de que eles tenham participado da máfia das ambulâncias.

A pedido do senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo disciplinar contra Magno Malta, o Conselho de Ética também agendou reunião, que será no próximo dia 20, às 10h, para que o parlamentar pelo Espírito Santo possa ser ouvido a respeito das acusações de participação no esquema de fraudes.

Humberto Costa diz que não houve favorecimento à Planam

O ex-ministro da Saúde Humberto Costa, do governo Lula, disse ontem que não favoreceu a Planam – investigada como principal empresa do esquema de aquisição fraudulenta de ambulâncias com recursos de emendas orçamentárias – com liberação de recursos para venda de unidades móveis de saúde.

Segundo Costa, todos os contratos e convênios realizados entre o Ministério da Saúde e a empresa Planam durante o período de sua gestão cumpriram os requisitos legais. Ele fez a afirmação em depoimento à CPI dos Sanguessugas e explicou que os contratos passam por comissões que avaliam a adequação de cada convênio.

– Se o Vedoin [Luiz Antônio, sócio da Planam] pagou propina, ele foi ludibriado – disse o ex-ministro, que ocupou o cargo de janeiro de 2003 a julho de 2005.

Em seu depoimento de mais de três horas, Humberto Costa afirmou que só ouviu falar do esquema de fraudes em licitação para compra de ambulâncias quando a Controladoria Geral da União comunicou ao ministério, em 2003, que havia identificado



Ao lado de Jungmann (E) e Lando, Costa assegura: convênios cumpriram requisitos legais

um grupo de municípios que estariam envolvidos com irregularidades no processo de licitações para compra de suprimentos da área da saúde. Com o conhecimento do esquema, frisou Costa, o Ministério da Saúde suspendeu os recursos destinados a esses municípios.

Encontro

O ex-ministro confirmou que recebeu Luiz Antônio Vedoin no ministério a pedido do ex-deputado federal Benedito Domingos (PP-DF). No encontro, destacou Costa, o empresário pedia a

liberação de R\$ 8 milhões referentes a pagamento de venda de ambulâncias ao governo. A resposta à solicitação do empresário, segundo ele, teria sido a de que os valores seriam liberados se o convênio cumprisse os requisitos legais.

Humberto Costa também negou que seu chefe de gabinete, Antônio Alves, tenha sido indicado pelo integrante do PT do Ceará José Ayrton Cirillo, com o objetivo de intermediar as negociações entre a Planam e o ministério.

Saraiva Felipe: Maria da Penha foi indicação política

Em depoimento de uma hora e meia à CPI dos Sanguessugas, ontem, o ex-ministro da Saúde Saraiva Felipe disse que nomeou a ex-funcionária da Planam Maria da Penha Lino por indicação do deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), que teria cancelado pedido do deputado José Divino (PMDB-RJ). Saraiva Felipe, que é deputado federal pelo PMDB, ocupou a pasta da Saúde entre julho de 2005 e abril de 2006.

Maria da Penha é apontada como braço da máfia das ambulâncias no Executivo. Mas, segundo Saraiva Felipe, a liberação de emendas era responsabilidade de funcionários de carreira, e, portanto, "se ela tentou interferir em alguma coisa, sua tentativa foi frustrada". O ex-ministro disse jamais ter tido contato com qualquer pessoa da família Vedoin, que teria comandado o esquema de compra superfaturada de unidades móveis de saúde a partir de



"Deputados Wilson Santiago e José Divino foram autores do pedido", afirma Felipe

recursos do Orçamento, por meio de emendas de parlamentares.

Conforme Saraiva Felipe, por mais que ele tenha se esforçado para garantir que a "espinha dorsal" do ministério fosse formada por técnicos qualificados e funcionários de carreira, em muitos casos foi inevitável fugir das pressões partidárias. Ele relatou as dificuldades que enfrentou no

relacionamento com os parlamentares, principalmente os de seu próprio partido, que esperavam dele uma "postura facilitadora", preço que ele disse não estar disposto a pagar. Segundo o ex-ministro, muitas vezes lhe foram encaminhados "pedidos mais do que inviáveis e até pouco republicanos".

Questionado pelo sub-relator de Investigação Parlamentar, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), a respeito da influência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – cujo processo por suposta participação na máfia das ambulâncias corre no Conselho de Ética do Senado – sobre as decisões do ministério, Felipe afirmou que não se lembra de ter sido procurado pelo senador para tratar especificamente de emendas, e que estranha Suassuna ter dito que negociou com ele a liberação de uma emenda no valor de R\$ 1,050 milhão, em 23 de dezembro de 2005, uma vez que estava em recesso nesta data.



Roosevelt Pinheiro

Programa não garante ao cidadão o poder de se auto-sustentar, avalia Garibaldi

Garibaldi pede mudanças no Bolsa Família

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem mudanças no principal programa de política de assistência social do governo do presidente Lula, o Bolsa Família. Para ele, o programa necessita ser acompanhado de outras medidas que possibilitem a inserção de pessoas no mercado de trabalho e na educação básica.

O senador reconheceu que o Bolsa Família assegura assistência social à população carente, mas, segundo afirmou, o programa não garante ao cidadão o poder de se auto-sustentar e sustentar a sua família. Ele ressaltou que o primeiro passo para o desenvolvimento social é o aumento do salário mínimo.

Garibaldi recebeu apartes dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres (PDT-AM), Heráclito Fortes (PFL-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI), que também apóiam mudanças no Bolsa Família.

Paulo Paim elogia papel político de José Alencar

Em nome da liderança do PT, o senador Paulo Paim (RS) subiu à tribuna para elogiar o papel político exercido no país pelo vice-presidente da República, José Alencar, que viajou ontem aos Estados Unidos, onde se submeterá a uma cirurgia.

Na avaliação do parlamentar, as atitudes políticas de José Alencar foram fundamentais para que "um operário chegasse à Presidência da República e se reelegesse depois".

No mesmo discurso, Paim fez um breve relato do seu envolvimento no processo de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Rio Grande do Sul. O senador disse que, nesse período, visitou mais de 80 cidades para debater com os eleitores do estado.



Valadares afirma que ato do CMN atinge apenas assentados da reforma agrária

Valadares critica regulamentação de lei sobre dívida rural

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou o que chamou de regulamentação parcial, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da lei que trata da repactuação e alongamento do prazo da dívida de agricultores nas regiões atingidas pela seca ou outras calamidades.

Ele disse que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 280 mil famílias de agricultores serão beneficiadas pela legislação. Mas, observou, com a regulamentação, somente os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que realizaram operações de crédito terão 180 dias para pleitear a individualização e a renegociação.



Romeu Tuma destaca a atuação da entidade nos 50 anos de existência

Senado encaminha voto de aplauso à Fundação Bradesco

A Mesa do Senado decidiu encaminhar voto de aplauso à Fundação Bradesco, que está comemorando 50 anos de existência. O requerimento foi apresentado por Romeu Tuma (PFL-SP), destacando que a instituição, em meio século, levou ensino e educação de alta qualidade para mais de 600 mil alunos em todo o país.

Conforme explicou Tuma, criada em 1956 na cidade paulista de Osasco, pelo então professor Amador Aguiar, a Fundação Bradesco foi pioneira na adoção do princípio da responsabilidade social, hoje adotado por muitas outras grandes empresas privadas brasileiras.

Para Fernando Bezerra, medida vai favorecer concessão de crédito, estimular a circulação da riqueza e reduzir o *spread* bancário

Projeto aprovado pela CCJ agiliza processo de execução

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem parecer favorável a projeto de lei de autoria do presidente da República que altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos à execução e outros assuntos. Segundo o relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a proposta pretende, juntamente com a Lei de Falências, inaugurar um novo marco jurídico para a cobrança de dívidas no país, “favorecendo a concessão de crédito, estimulando a circulação da riqueza e inibindo o famigerado *spread* bancário”.

O projeto (PLC 51/06), que vai agora a votação no Plenário do Senado, modifica 68 artigos do código, além de mudar o nome de cinco capítulos, seções e subseções e revogar uma. Bezerra observou que a proposição aumenta os poderes atribuídos ao oficial de justiça; acrescenta nova modalidade de expropriação dos bens do executado, que é a alienação por iniciativa particular; e atualiza a ordem de preferência dos bens que se submetem à penhora, entre outras inovações.

O relator prevê que as altera-



Entre Roberto Busato (D), Frazão e Luiz Otávio (E), Antonio Carlos preside reunião da CCJ

ções contidas no projeto revolucionarão o processo de execução, à medida que refletirão positiva e imediatamente nas relações civis e comerciais celebradas no dia-a-dia dos brasileiros. Conforme Fernando Bezerra, a concessão de maiores poderes ao oficial de justiça e a outorga de prerrogativa para que o próprio advogado declare, para fins processuais, a autenticidade de cópias de peças do processo “são proposições que vêm em boa hora”.

Pesca

A Comissão de Justiça aprovou na mesma reunião projeto de lei

da Câmara dos Deputados (PLC 21/06) que institui o registro temporário brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou fretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca nacional, com suspensão provisória de bandeira no país de origem. De autoria do Executivo, a proposta teve como relator Jefferson Péres (PDT-AM), cujo parecer foi lido por Ideli Salvatti (PT-SC). O projeto, que vai ao Plenário, traz a definição de termos como pesca, armador de pesca e empresa brasileira de pesca.

Menor alíquota para bem mineral usado na construção civil

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem parecer favorável a projeto que reduz o percentual de participação da compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais incidente em produtos de aplicação na construção civil. A matéria será agora examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O projeto (PLC 64/05), que teve como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP), determina que a compensação financeira, até agora calculada segundo o percentual de 2% no caso de substâncias minerais, passa a ser de 0,6% do faturamento líquido de venda da areia, cascalho, sabão, pedras britadas e de talhe, quando forem materiais usados na construção civil.

Aquisição de material pornográfico envolvendo criança pode ser crime

Parecer favorável a projeto de lei que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança e adolescente foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta será examinada agora pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 109/04) foi relatado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). A proposição adiciona dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para punir quem adquire material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes, inclusive por meio da internet, e estabelecer a

obrigação de o provedor do sítio no qual foi adquirido o material comunicar o fato ao Ministério Público.

Maria do Carmo destaca, no seu parecer, que, “considerando que o objetivo do projeto é punir os pedófilos, conforme sua justificação, a estratégia legislativa adotada trata o assunto com o rigor que a sociedade espera”.

– É preciso que todos tenham a preocupação constante para que materiais pornográficos envolvendo criança ou adolescente, mesmo que divulgados gratuitamente, não tenham o respaldo da “outra ponta”, daqueles que recebem a informação, existindo ou não a intenção de divulgação ou de comercialização. Dessa forma, o projeto pretende quebrar a corrente que usa a internet como meio de propagação desses materiais pornográficos – frisa a relatora.

Acolhida indicação de Frazão do Couto ao conselho do MP

A indicação, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Sérgio Alberto Frazão do Couto para membro do Conselho Nacional do Ministério Público foi acolhida ontem pela Comissão de Justiça, e segue, agora, para votação em Plenário. Frazão do Couto vai ocupar a vaga decorrente da renúncia do advogado Luiz Carlos Lopes Madeira. O relator da matéria foi o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Nascido em Belém (PA), Frazão do Couto possui vasto currículo, com atividades acadêmicas, ciclo de

conferências nacionais e internacionais, medalhas, honrarias e cargos ocupados. O advogado disse que estava honrado em falar aos senadores da CCJ como representante da OAB e prometeu trabalhar para melhorar, cada vez mais, a atuação do Ministério Público.

Demostenes Torres (PFL-GO), que abriu a sabatina, comentou a falta de agilidade do Judiciário e o encalhe de processos. Frazão do Couto respondeu que o país tem uma das melhores magistraturas e ministérios públicos do mundo, e que o problema é a atividade-meio.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), discordou, observando que o advogado devia estar muito entusiasmado, pois ele, como político, conhece vários tribunais no país que não honram a Justiça brasileira e não cumprem rigorosamente sua função. Frazão do Couto respondeu que, muitas vezes, por cautela, “a gente não diz as coisas”, e afirmou que Antonio Carlos tinha razão.

O assunto dominante durante a sabatina na CCJ foi a atuação do Ministério Público, especialmente por parte de integrantes mais jovens, considerada intempestiva por alguns parlamentares. A questão foi levantada por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Também participaram dos debates Magno Malta (PL-ES), Jefferson Péres (PDT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Batista Motta (PSDB-ES). A reunião contou ainda com a presença do presidente do Conselho Federal da OAB, Roberto Antonio Busato.

Plenário celebra ciência pela paz e pelo desenvolvimento

O Senado destinou a primeira parte da sessão plenária de ontem a comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) e celebrado no dia 10 de novembro. O senador Flávio Arns, autor do requerimento da sessão, afirmou que investimentos em educação e conhecimento científico

são pré-requisitos para que haja desenvolvimento econômico sustentável.

Durante a sessão especial também discursaram os senadores Roberto Saturnino, Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. Eles destacaram a importância da ciência e da tecnologia no dia-a-dia das pessoas, mas também lembraram que nem sempre os conhecimentos

científicos são usados em benefício da Humanidade.

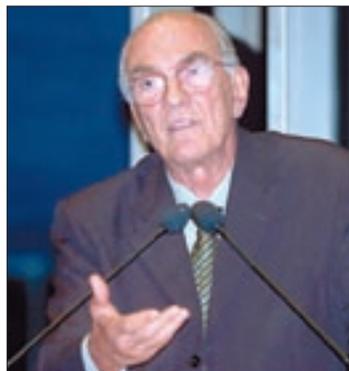
Estiveram presentes à sessão o representante da Unesco no Brasil, Vicente Defourny, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ênio Candotti, e o presidente da Academia Brasileira de Ciência, Eduardo Moacir Krieger.

Flávio Arns



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Roberto Saturnino



Sibá Machado



Eduardo Azeredo



Cristovam Buarque



Mais justiça social e menor dependência tecnológica

Ao homenagear o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, o senador Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o Brasil precisa de mais independência tecnológica.

– O fio condutor de nossas atividades é a construção de um país socialmente mais justo e tecnologicamente menos dependente das grandes potências do mundo – ressaltou Arns, que preside a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia do Senado.

Ele manifestou satisfação com o compromisso assumido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as transformações no setor energético brasileiro. O parlamentar ressaltou a conjuntura internacional marcada pelo acirramento de nacionalismos no campo energético – como no caso da reestatização do petróleo russo, ocorrida há alguns anos, e da nacionalização dos hidrocarbonetos, realizada recentemente pelo governo da Bolívia, por exemplo.

A sobrevivência da Humanidade e a sustentabilidade do planeta dependem dos investimentos em educação, ciência e tecnologia, destacou Flávio Arns. O parlamentar paranaense ressaltou ainda o papel da Subcomissão de Ciência e Tecnologia no debate de questões como direitos autorais, TV digital, energia nuclear e outros temas ligados à preservação ambiental.

Avanços ainda não beneficiam toda a coletividade

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia trouxe avanços enormes e jamais imaginados há alguns séculos para o aprimoramento da qualidade de vida da Humanidade, afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Ele observou, no entanto, que nem todos os avanços resultaram em benefícios para a coletividade.

– Alguns resultados negativos do desenvolvimento da ciência e da tecnologia merecem ser citados como uma espécie de cobrança para nós mesmos e também para os representantes das ciências – observou.

O primeiro desses pontos negativos, segundo Saturnino, é a questão da fundamentação dos valores éticos e morais da sociedade, constituída, na Antiguidade, por valores basicamente religiosos, hoje abalados por uma “relativização generalizada dos valores humanos”.

– É preciso mostrar que não há incompatibilidade entre a fé e a ciência, mas sim que ambos se complementam – ressaltou.

O segundo ponto negativo seria o desemprego, de acordo com o senador, que apóia a redução da jornada de trabalho para que todos tenham oportunidade de contribuir com sua mão-de-obra, eliminando, assim, o desemprego e ampliando o tempo das pessoas para o aprimoramento filosófico e intelectual.

Acesso à ciência e ao conhecimento deve ser democratizado

Sibá Machado (PT-AC) reivindicou, durante a homenagem do Senado ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma maior aplicação prática da pesquisa em ciência e tecnologia. Chegou a hora, assinalou, de democratizar o acesso ao conhecimento, de forma que se reverta em desenvolvimento econômico e social dos países.

– Nos tempos da globalização, a desigualdade no acesso à ciência e à tecnologia persiste, assim como a desigualdade na geração de riqueza e na capacidade de produção – disse.

Sibá reconhece a contribuição do progresso técnico, por exemplo, na cura de doenças e na ampliação da produção de alimentos, mas lamenta que tenha contribuído para alterações climáticas do planeta e para o fortalecimento da indústria bélica. No Brasil, ele acredita que o setor ainda é pouco eficiente em reverter suas ações em prol do desenvolvimento socioeconômico do país.

O senador lembrou que os investimentos brasileiros na área, em 2004, resumiram-se a R\$ 22,7 milhões. Citou os compromissos assumidos na Conferência Mundial de Ciências, realizada em Budapeste em 1999. A principal conclusão do evento, observou Sibá, foi de que o desenvolvimento científico e tecnológico só atinge seus objetivos quando beneficia a sociedade.

Progresso científico “é poderoso motor da ação social”

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei instituindo o dia 8 de julho como Dia Nacional do Pesquisador. A data, justificou, coincide com a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948.

O parlamentar afirmou que a ciência se associa à paz por seus pressupostos de cooperação e de troca de conhecimentos, bem como se liga ao desenvolvimento na medida em que o desenvolvimento científico é “um dos mais poderosos motores da ação social”.

Indagando se o Brasil estaria no rumo ideal para atingir o desenvolvimento econômico e social pleno e se estaria investindo de modo adequado em ciência, pesquisa e educação de qualidade, Azeredo declarou que, infelizmente, a resposta é negativa. Sem desmerecer iniciativas do meio científico, ele disse que as críticas se referem ao volume e à qualidade dos investimentos no setor, que considera inferiores às necessidades do país.

O parlamentar elogiou iniciativas como investimentos em biodiesel, álcool combustível e avanços no agronegócio graças às pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Por outro lado, advertiu para a pouca interação entre Estado, universidades e indústria.

País precisa de mais tecnologias de apoio ao setor da educação

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu aos cientistas, em discurso proferido durante a homenagem do Senado ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, a ser comemorado amanhã, que trabalhem em prol de avanços tecnológicos para a área de educação. Ele argumentou que recursos tecnológicos para a criação de equipamentos pedagógicos são necessários ao avanço da educação.

– Há um mundo imenso a ser alcançado na teoria do conhecimento e nos equipamentos pedagógicos a serem desenhados – observou.

Cristovam pediu, ainda, um momento de reflexão sobre a utilização da ciência no desenvolvimento do país e acrescentou que a evolução científica deve ser um instrumento de promoção da paz mundial e não da guerra.

O parlamentar disse lamentar que os avanços tecnológicos não só causem conflitos armados, mas também origem guerras sociais e ecológicas.

– Precisamos trabalhar a ciência pela paz, não apenas do ponto de vista da guerra militar, mas também do ponto de vista das outras guerras, que, muitas vezes, são mais destrutivas ainda, pela dimensão que alcançam e pela invisibilidade que têm – afirmou o senador pelo Distrito Federal.